

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.031 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2000

CRE vota hoje proposta que proíbe o porte de armas

Substituto de Pedro Piva mantém a permissão de venda e posse de armamento. Na CCJ, onde os projetos serão examinados a seguir, o relator, Renan Calheiros, quer restringir também a comercialização e cancelar os atuais registros



Pedro Piva diz que não há como impedir que o cidadão possua arma para sua defesa



Renan Calheiros afirma que é hora de adotar uma lei "rígida" contra as armas



Comissão de Relações Exteriores será a primeira a votar as propostas de restrição das armas de fogo

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota hoje substitutivo do senador Pedro Piva a três projetos de restrição ao uso de armas de fogo. No texto, Piva propõe a proibição do porte, mas admite a posse de armas de fogo em casa.

Depois de passar pela CRE, os projetos serão examinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, senador Renan Calheiros, tem posição diferente. Ele defende a proibição de venda, porte e posse de armas de fogo e uma consulta sobre o assunto à população.

PÁGINA 3

CCJ

RELATOR ESPERA CONSENSO PARA CRIAÇÃO DE FUNDO CONTRA A POBREZA

O senador Lúcio Alcântara, relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) das duas propostas de criação de um fundo contra a pobreza, acredita que será possível obter "um consenso de grande maioria".

Com isso, a votação na comissão poderá ocorrer ainda nesta semana.

PÁGINA 2

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deve votar ainda nesta semana as duas propostas de emenda constitucional que criam um fundo de combate à pobreza



SENADO APRECIA DUAS AUTORIZAÇÕES PARA EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

PÁGINA 2



Saturnino Braga

Saturnino aponta ameaça de dolarização da economia

PÁGINA 5

Plenário vota empréstimos para União e Correios

O Senado vota hoje duas autorizações para endividamento externo, em benefício da União e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A primeira é para que o Brasil contrate empréstimo de 30,3 milhões de dólares norte-americanos junto ao Banco Mundial.

A segunda eleva o limite de endividamento da ECT, para que ela contrate dois empréstimos – um de 121,5 milhões de marcos alemães junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau e outro de 53,7 milhões de euros junto à Société Générale (Banco Sogeral). Os dois empréstimos se destinam ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais.

Também hoje, o Senado realiza o segundo dia de discussão da proposta de emenda constitucional (PEC 90/99) que disciplina o pagamento de precatórios judiciais. Relatado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), o texto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) estabelece que somente serão pagos débitos provenientes de sentenças para as quais não há mais recurso.

O texto também determina que esses precatórios devem ser incluídos no orçamento das entidades de direito público até 1º de julho, com prazo para pagamento até o final do ano seguinte. A atualização monetária dos precatórios, antes feita no ato de sua inclusão no orçamento, passará a ser feita no pagamento. E, para possibilitar o pagamento dos precatórios atrasados, o relator propõe a inclusão, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de artigo que prevê o parcelamento, em até dez anos, dos débitos resultantes de processos instaurados até 31 de dezembro de 1999. Com isso, as ações ajuizadas após esta data serão pagas à vista.

Na mesma sessão, os senadores deliberam sobre requerimento da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) para que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura se manifeste sobre projeto de iniciativa do governo que define as ações de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamento de petróleo e outras substâncias nocivas em águas sob jurisdição nacional.

Alcântara negocia acordo sobre fundo contra a pobreza

Ao trabalhar em busca de “uma saída engenhosa e eficaz”, relator espera que proposta seja apreciada até o fim da convocação

Um “consenso de grande maioria”. É o que espera o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) com as negociações que está coordenando entre o governo e os senadores para obter uma fórmula que viabilize as duas propostas de emenda constitucional (PECs) criando um fundo de combate à pobreza. Ele argumentou que não haveria sentido em aprovar um fundo que não fosse viável dentro da ótica da equipe econômica ou não atendessem aos anseios mais legítimos dos senadores.

– Precisamos chegar a algo razoável e com o que o governo concorde. Estamos trabalhando em uma saída engenhosa e eficaz, mas não quero adiantar os detalhes ainda – disse Alcântara.

De acordo com o senador, a fórmula de consenso propiciará a tramitação rápida das duas PECs. Mas na reunião da Comissão de



Lúcio Alcântara

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), hoje, espera-se um pedido de vista, que deverá ser concedido por apenas um dia. Assim, as propostas deverão ser votadas na comissão ainda nesta semana. O senador espera que as PECs sejam apreciadas em primeiro turno pelo Plenário até o fim do período de convocação extraordinária.

As duas propostas estão na pauta da CCJ

As duas propostas de emenda constitucional (PECs) que visam à criação de um fundo de combate à pobreza estão na pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A comissão deve votar também o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Marcus Herndl para integrar o Superior Tribunal Militar (STM).

Na última reunião da CCJ, o relator das propostas, senador Lúcio Alcântara, pediu a retirada de pauta das

matérias para negociar e chegar a um consenso sobre o assunto. O relator já apresentou duas versões de seu parecer sobre o tema.

Na última versão publicada pela CCJ, o fundo seria constituído pelas seguintes fontes de recursos: um adicional de 0,08% sobre a CPMF; um adicional de 5% sobre o IPI de produtos supérfluos; a arrecadação do imposto sobre grandes fortunas (ainda a ser regulamentado); dotações orça-

mentárias; doações; e outras receitas. Os estados e municípios ficariam autorizados a criar seus próprios fundos de combate à pobreza.

A escolha do novo integrante do STM será feita em votação secreta, como manda a Constituição. Marcus Herndl é indicado para a vaga decorrente da aposentadoria do tenente-brigadeiro-do-ar Carlos de Almeida Baptista. O relator da matéria é o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Suplicy quer dinheiro da privatização contra miséria

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu ontem a criação de um fundo destinado a combater a pobreza financiado com recursos decorrentes das privatizações e das receitas obtidas com permissões e concessões para exploração de serviços públicos. Suplicy quer incluir a proposta no substitutivo apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) às duas emendas constitucionais que tratam de fundos de combate à pobreza, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A emenda de Suplicy modifica as fontes de financiamento previstas no parecer de Alcântara.

– Em vez de ter como fonte de ar-



Suplicy quer incluir proposta alternativa no substitutivo de Alcântara

recadação a vinculação de impostos, minha proposta tem como receitas principais 50% dos recursos das privatizações e 50% do produto de concessões e permissões para exploração de serviços públicos – explicou.

VALORES

Segundo Suplicy, os recursos para formar o que ele denomina “Fundo-Cidadania” chegariam a cerca de R\$ 13 bilhões, com a utilização dos valores previstos na proposta orçamentária para 2000.

– A esse montante, seriam somados 50% das atividades de pesquisa e lavra de petróleo e gás natural, bem como do refino, importação, exportação e transporte desse produtos, esti-

madas em R\$ 900 milhões, e 50% da renda oriunda de imóveis da União, estimada em R\$ 150 milhões, aproximadamente.

Suplicy afirmou que o fundo apresenta vantagens em relação ao previsto no parecer de Alcântara. Entre as vantagens, ele enumera a comprovada capacidade de arrecadação, dispensa discussão quanto à sua inconstitucionalidade, em razão da vinculação de impostos, e apresenta viabilidade técnica e política.

Ao defender sua proposta, Suplicy argumentou que um fundo de erradicação da pobreza não deve estar centrado em fontes do segmento tributário brasileiro, que passa por um momento de ampla reforma.

– Também devemos evitar a aprovação de um projeto com características que possam ser motivo de uma oposição prévia por parte do Executivo – observou.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da *Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 90/99, que disciplina o pagamento de precatórios judiciais; *Projeto de Resolução (PR) nº 9/2000, que autoriza a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a elevar temporariamente seu limite de endividamento e a contratar duas operações de crédito externo, sendo a primeira com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), no valor de até 121,5 milhões de marcos alemães, e a segunda com o Société Générale (Banco Sogeral), no valor de até 53,7 milhões de euros, ambas destinadas ao financiamento parcial do Projeto de Automação do Sistema de Triagem de Objetos Postais; *PR nº 10/2000, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 30,3 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); e *Requerimento nº 52/2000, da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), solicitando a remessa à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Projeto de Lei da Câmara nº 37/96, que dispõe sobre o controle da poluição causada por lançamento de petróleo e seus derivados em águas sob jurisdição nacional.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte: *Ofício “S” nº 2/2000, do Banco Central sobre pedido de autorização da prefeitura de Cachoeirinha (RS) para contratar operação de crédito junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), no valor de R\$ 2 milhões, para investimentos em infra-estrutura urbana; e *Mensagem nº 170/99, propõe ao Senado sejam autorizadas operações financeiras de que trata o Contrato de Reestruturação de Dívida da República de Moçambique para com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões.

2ª parte: Exposição de Fábio Barbosa, secretário do Tesouro Nacional, para prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados na renegociação da dívida mobiliária do estado de Pernambuco e sobre as negociações da dívida do município de São Paulo, de acordo com requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

15h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Votação de relatórios setoriais do Orçamento para 2000. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

17h – Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição de Andrea Calabi, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para prestar esclarecimentos sobre a aplicação de recursos do banco. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Tramitam em conjunto o *Projeto de Lei do Senado nº 292/99, que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; o *PLS nº 386/99, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.437/97, a fim de estabelecer critérios para o porte de armas de fogo; e o *PLS nº 614/99, que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

Após a Ordem do Dia – Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Tramitam em conjunto, com decisão não terminativa, a *Proposta de Emenda Constitucional nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e a *PEC 96/99, que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; *Mensagem nº 64/99, que submete ao Senado o nome do tenente-brigadeiro-do-ar Marcus Herndl para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CRE vota hoje projetos contra o uso de armas

Senador Pedro Piva elabora substitutivo reunindo as propostas de Gerson Camata, José Roberto Arruda e do ex-senador Djalma Falcão, proibindo (com exceções) o porte e garantindo a validade dos registros expedidos até o momento

Os projetos que limitam o uso de armas de fogo, considerados prioritários pelos líderes partidários no início da convocação extraordinária, serão votados hoje pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O relator na comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP), apresentou, em plenário, substitutivo às propostas dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e do ex-senador Djalma Falcão (PMDB-AL), proibindo o porte de arma em todo o território nacional.

Apesar de proibir o porte, Piva interpreta que, constitucionalmente, não há como impedir que o cidadão possua uma arma de fogo para sua defesa. Ele abre exceções de porte para profissionais como policiais, militares e fiscais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O senador remete à regulamentação "o registro, a posse e o porte de armas por atiradores, caçadores, colecionadores e habitantes em áreas rurais".

– Devemos refletir mais detidamente sobre o milenar direito de legítima

defesa, reconhecido universalmente, antes de tomar uma decisão. Pois, ao proibir o cidadão de possuir uma arma em casa, estaríamos privando-o do exercício da legítima defesa – afirma Piva.

Diferente das propostas em tramitação, que prevêm a proibição da venda e o recolhimento, sob indenização, dos armamentos em posse da população, o substitutivo do relator na CRE garante a validade dos registros de armas já concedidos e dá um prazo de 120 dias para legalização de armamentos irregulares. Piva condiciona a concessão de novos registros a pessoas com "bons antecedentes, comportamento social produtivo, capacidade técnica de manuseio da arma e aptidão psicológica".

O senador acredita que as normas em vigor, como a Lei nº 9.437, de 1997 e suas regulamentações, já são bastante rigorosas. Segundo ele, a posse, a guarda, o uso e o transporte ilegal de armas

seminassem e chegassem às mãos de criminosos. Tanto que, desde o advento da Lei, o comércio de armas caiu 80%. Correlacionar a quantidade de portes autorizados com índices de criminalidade é um absurdo – argumenta.

Piva sustenta ainda que a proibição do comércio causará muitos danos à economia e à defesa nacional, com a transferência de impostos e divisas para outros países. Na sua opinião, a venda legalizada seria, "fatalmente", substituída pela clandestina:

– A violência tem raízes na convicção de que o Poder Público não é capaz de assegurar a incolumidade da vida e da propriedade. O Estado engana a sociedade com a esperança de uma vida segura com a proibição de venda de armas. Se não consegue impedir o porte ilegal, como conseguirá impedir a venda? – questionou.

já são proibidos e severamente tipificados como crime:

– A lei prevê controle sobre fabricação, aquisição e porte de arma que seriam mais que suficiente para evitar que as armas se dis-

Na CCJ, relator pedirá mais restrições à comercialização

Depois de passar pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), os projetos que restringem a venda e circulação de armas de fogo vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o relator, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), diferentemente do relator na CRE, Pedro Piva, defende a proibição da venda de armamentos.

Apesar das negociações, intermediadas pelo líder do governo e autor de um dos projetos, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), as divergências entre os relatores na CRE e na CCJ não foram superadas, impedindo que fosse formulado um substitutivo consensual às propostas em tramitação:

– Não tenho dúvida quanto à necessidade de adotarmos uma legislação severa e rígida restringindo o uso de armas de fogo. Não há uma só pesquisa de opinião em que a violência não seja a primeira ou segunda preocupação da sociedade e, na raiz do problema, está a banalização da arma de fogo – declarou Calheiros, que também apresentou substitutivo em seu parecer.

Ex-ministro da Justiça, Renan Calheiros acredita que a legislação sobre armas em vigor, de 1997, caducou ra-

pidamente e acabou privilegiando a clandestinidade. Segundo dados por ele apresentados, existem pouco mais de dois milhões de armas legalizadas e cerca de 20 milhões irregulares:

– Armas para quê, para quem? Se elas não servem para defesa, já que o cidadão de bem é sempre o surpreendido e o bandido tem destreza no manuseio, a quem está servindo a nossa complacência com a proliferação das armas? É tempo de tratar o problema de acordo com a gravidade do diagnóstico – ponderou, ao apresentar estatísticas que apontam, por exemplo, que 89% dos crimes no Brasil são cometidos com armas de fogo.

Diante do argumento de que a proibição da venda geraria desemprego e redução da arrecadação na indústria de armamentos, Calheiros sustenta que os fabricantes nacionais já exportam 90% da produção:

– Para nós, uma verdade está muito clara: uma arma de fogo nas mãos de qualquer pessoa, por mais bem intencionada que seja, representa um permanente risco de vida para todos os demais. Uma lei proibindo a venda de armas é o primeiro e decisivo passo para reduzirmos a violência – afirmou.

CAE ouve secretário do Tesouro e presidente do BNDES em duas reuniões

As renegociações das dívidas de Pernambuco e do município de São Paulo decorrentes de emissões de letras financeiras para o pagamento de precatórios serão o tema que o secretário do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa, abordará na segunda parte da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na manhã de hoje. No final da tarde, os senadores ouvem o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi.

O secretário do Tesouro vem atender ao requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR), enquanto o presi-

dente do BNDES comparece ao Senado por solicitação formulada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Calabi falará sobre a destinação de 80% dos recursos do banco para as regiões Sul e Sudeste.

Na primeira parte da reunião da manhã, a CAE analisa pedido de empréstimo de R\$ 2 milhões feito pela Prefeitura de Cachoeirinha (RS) ao Fundo de Desenvolvimento ao Programa Integrado de Melhoria Social, administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul). Também na pauta, o contrato de Reestruturação da Dívida de Moçambique para com o Brasil, no valor de US\$ 150,8 milhões.

AS PROPOSTAS DE PIVA E DE CALHEIROS SOBRE OS PROJETOS QUE RESTRINGEM O USO DE ARMAS

O substitutivo de Pedro Piva (relator na CRE):

Proíbe o porte de arma de fogo, que fica restrito a profissionais que utilizam armamentos em sua função, como policiais e agentes do Ibama.

Novos registros dependerão da "comprovação de bons antecedentes, comportamento social produtivo, capacidade técnica de manuseio de arma e aptidão psicológica".

Os registros de armas já concedidos continuarão válidos e donos de armas irregulares terão 120 dias para legalizar sua situação.

Atiradores, caçadores, colecionadores e moradores da zona rural terão a posse e o porte regulamentados.

O substitutivo de Renan Calheiros (relator na CCJ):

Proíbe a venda de armas, exceto para as Forças Armadas, polícias, empresas de segurança devidamente registradas, clubes de tiro e caça, guardas florestais, agentes de trânsito, moradores de áreas rurais e agentes do Ibama.

Pessoas que possuem armas e não estiverem enquadradas nas exceções acima deverão devolvê-las.

Quem possuir arma ilegalmente estará sujeito a pena de dois anos de reclusão e multa, sem direito a fiança.

A produção e comercialização de brinquedos imitando armas passam a ser crime, sujeito a prisão de dois anos.

Depois de aprovada a lei, a população deve ser convocada em outubro de 2000 para referendá-la.



Hartung: encontros com a CAE permitirão ajustes à programação monetária

Hartung pede presença do BC no Senado a cada 3 meses

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) apresentou projeto de lei estabelecendo que o presidente do Banco Central (BC) compareça à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para relatar a execução da programação monetária que se finda e fazer a entrega e a exposição da programação monetária trimestral. De acordo com o projeto, o presidente do BC faria este relato no prazo de cinco dias úteis após a aprovação do Conselho Monetário Nacional. Lembrando que a proposta de programação monetária não pode ser alterada e que o Congresso Nacional pode apenas aprová-la ou rejeitá-la, Hartung ressaltou que o debate na comissão permitirá que eventuais ajustes, a serem promovidos pelo Executivo, sejam previamente discutidos pelos congressistas com a autoridade monetária. Ele acrescentou que a presença periódica do presidente do BC no Senado permitirá maior aproximação entre os dois poderes: — Ainda que a CAE, encarregada de emitir parecer conclusivo sobre a matéria, seja uma comissão técnica, é da natureza da avaliação parlamentar que a questão técnica seja permeada da visão política, temperando a análise fria dos gabinetes com a visão das consequências práticas no povo deste país continental, com suas desigualdades, peculiaridades e mazelas — afirmou Hartung.

Fogaça defende guerra fiscal como saída para estados mais pobres

Para senador, os incentivos são instrumentos de defesa e de sobrevivência para que as unidades da Federação não fiquem estagnadas pela total falta de investimentos

Ao registrar que um dos assuntos que mereceram maior destaque da imprensa na semana passada foi o debate estabelecido em torno dos incentivos fiscais que os estados estão oferecendo para a atração de investimentos, o senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu a prática como única forma de os estados fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo/Minas Gerais buscarem o seu desenvolvimento.

Na opinião do senador pelo Rio Grande do Sul, os incentivos fiscais são instrumentos de defesa e de sobrevivência para que os estados não fiquem estagnados economicamente pela total ausência de investimentos. Ele informou que atualmente o estado de São Paulo detém cerca de metade do Produto Interno Bruto brasileiro, e que num raio de 500 km em torno da Grande São Paulo está entre 70 a 80% do PIB nacional:

— Ali está também o maior mercado e a maior concentração de capital com capacidade de investir. Dada a



Fogaça: 70% a 80% do PIB nacional estão num raio de 500 km em torno da Grande São Paulo

ausência de uma política federal para promover uma mudança nesta situação, é evidente que se não fosse a utilização de uma política de atração de investimentos, a consequência seria a asfixia dos pequenos estados contra a megaconcentração de investimentos no eixo Rio, São Paulo e Minas — concluiu José Fogaça.

Os incentivos oferecidos pelo gover-

no brasileiro às indústrias estrangeiras para instalar as montadoras de automóveis no país foram lembrados por José Fogaça. Ele disse que São Paulo só dispõe hoje de empresas automotivas porque o presidente Juscelino Kubitschek ofereceu um câmbio subsidiado, permitindo a importação de máquinas e equipamentos a preços baixos. “Esse subsídio dado pelo governo federal foi pago pelo Brasil inteiro, mas o grande estado beneficiado foi São Paulo”, registrou o senador.

José Fogaça afirmou não entender porque esta mesma oportunidade está sendo negada aos outros estados brasileiros. Ele defendeu o direito de as demais unidades da Federação terem centros industriais importantes com investimentos que permitam mudar a

situação de desequilíbrio que caracteriza a economia brasileira.

Para exemplificar sua concepção de que a “paz fiscal” é injusta, que é errado o estado não tomar a iniciativa para atrair investimentos, o senador citou a situação do Rio Grande do Sul. Ele informou que, durante o governo Antônio Britto (de 1995 a 1998), o estado recebeu 8,7% do PIB brasileiro em investimentos. No ano passado, acrescentou, o governador Olívio Dutra desativou as políticas de captação adotadas pela gestão anterior e o resultado é que os investimentos caíram para 3,7% do PIB nacional.

Em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) previu que se não diminuir a desigualdade econômica entre os estados, e não houver um descongestionamento do Rio e de São Paulo, em pouco tempo será inviável viver naqueles dois estados, com a ida de milhões de brasileiros para lá em busca de oportunidade de sobreviver.

Luiz Otávio quer renovar navios que levam óleo

Em apelo dirigido ao governo federal, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) reivindicou a liberação de recursos para financiamento da renovação das barcas que transportam petróleo pelos rios da Amazônia. O senador manifestara, na semana passada, preocupação quanto às condições de transporte do produto na Amazônia. Quatro dias após, no porto da Vila do Conde, onde está localizado o complexo industrial de alumínio da Albrás, uma barcaça que trans-

portava petróleo da Texaco afundou com 2 milhões de litros de óleo.

O acidente levou o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, a determinar a presença no local da presidente do Ibama, Marília Marreco, conforme informou o senador. O porto onde ocorreu o acidente recebe barcas com capacidade para transportar acima de 30 mil toneladas de óleo. O problema, enfatizou Luiz Otávio, é que a maioria das embarcações que efetuam o trans-



Acidente no porto da Vila do Conde ocorreu quatro dias após a advertência de Luiz Otávio

porte de óleo na Amazônia é muito antiga e sem casco duplo, o ideal para evitar vazamentos.

Freire propõe pólo de desenvolvimento para integrar Petrolina e Juazeiro

Projeto do senador Roberto Freire (PPS-PE), a ser examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), autoriza o governo federal a criar uma região administrativa que integrará, num pólo de desenvolvimento, as regiões de Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro, na Bahia. O Poder Executivo estará autorizado, ainda, a criar um programa especial de desenvolvimento para essa região.

Segundo Roberto Freire, esse modelo de administração de recursos pouco tem sido aplicado, embora possa ser fundamental à redução das desigualdades regionais e sociais. Freire citou o êxito da criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, que congrega municípios de Minas Gerais e Goiás em



Para Freire, região poderia receber recursos orçamentários da União e dos próprios estados

expansão conjunta com a capital federal.

Pela proposta, a Região Administrativa de Petrolina e Juazeiro poderá receber recursos orçamentários da União

e dos estados a que pertencem para ações integradas entre os municípios participantes. Os municípios poderão também criar normas e critérios para a unificação de serviços públicos. Esses municípios são Lagoa Grande, Ocoró, Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco; Casa Nova, Curaça, Juazeiro e Sobradinho, na Bahia:

— Quando tanto se discute o combate à pobreza, é de se ver que, ao focar o tema, o Nordeste desponta como a região que acumula o maior déficit social do país, devendo, por isso, ter um tratamento prioritário por todos os agentes públicos. Creio, em razão disso, que esta proposição poderá dar grande contribuição aos entes federados, especialmente à União — defendeu Roberto Freire.

Luzia sugere fundo de apoio às micros

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) apresentou projeto de lei propondo a criação de um Fundo de Apoio à Microempresa (Fame). A idéia é garantir a essas empresas o acesso a financiamentos com encargos compatíveis com sua capacidade de pagamento. A proposta foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para decisão em caráter terminativo.

O Fame será constituído por 1% da receita obtida com a venda de ativos da União realizada no âmbito do Programa Nacional de Desestatização. Ainda conforme a proposta, o fundo será administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que deverá observar três regras básicas ao efetuar operações de crédito com recursos do Fame: avaliação do potencial de crescimento e geração de emprego da microempresa; os contratos de financiamento deverão ser feitos à taxa de juros máxima de 12% ao ano, e correção dos saldos pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas.

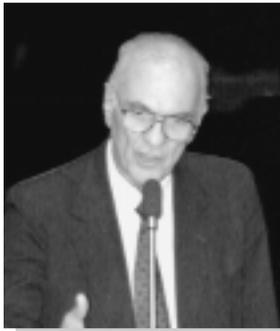
Para Luzia Toledo, o Fame poderá suprir a renitente falta de incentivos a pequenos e microempresários, cujos empreendimentos representam 95% das empresas brasileiras, responsáveis pela geração da maioria dos empregos na economia nacional.

Saturnino vê risco de dolarização da economia

Rebatendo declarações do ministro da Fazenda, parlamentar afirma que as chances de o Brasil trocar o real pelo dólar são maiores do que se costuma pensar. Ou muda-se a política econômica ou será esse o futuro que o destino nos reserva, diz ele

Referindo-se à dolarização do México e do Equador e à iminência de a Argentina também adotar a moeda norte-americana, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) alertou ontem o governo brasileiro para a necessidade de mudar sua política econômica, sob o risco de trilhar o mesmo caminho. Ele sugeriu que o Brasil adote um processo de desenvolvimento autônomo, voltado para as nações da América do Sul, a fim de mostrar a esses países que existe uma alternativa à idéia de atrelar-se à economia norte-americana.

Conforme Roberto Saturnino, o endividamento em dólar das empresas argentinas e a política cambial adotada pelo ex-presidente Carlos Menem só deram ao atual presidente Fernando de La Rúa a alternativa da dolarização.



Roberto Saturnino: Brasil deve liderar alternativa à dolarização

Na opinião do senador, a medida não só inviabilizará completamente o Mercosul, como vai se constituir numa pressão para que o Brasil também dolarize sua economia, apesar de o ministro da Fazenda, Pedro Malan, dizer que isso jamais ocorrerá.

— Com esses países se entregando um a um, o Brasil ficará cercado por nações ligadas ao interesse norte-americano. Como o Equador e a Argentina, o Brasil ficará também sem alternativa e sem outro caminho a não ser abrir mão da moeda nacional. Isso acontecerá fatalmente se o governo brasileiro não tomar a decisão de mostrar à América Latina que existe outra alternativa e que o Brasil é capaz de liderá-la — ponderou.

Por isso, prosseguiu Saturnino, ou o Brasil toma agora a decisão de

mudar os rumos da economia, voltando-se para um processo de desenvolvimento autônomo que lhe permita olhar para as nações da América do Sul e buscar justiça social, “ou estaremos condenados a também entrarmos na esteira da dolarização, visto que vamos ficar cercados de países que adotaram a moeda americana”.

Ele diz que, se o atual governo não mudar sua política, o próximo presidente brasileiro já poderá tomar posse sem alternativa.

— Que alternativa resta a Fernando de La Rúa se não levar a economia argentina à dolarização? Porque os compromissos que ele recebeu do governo anterior o obrigam a tomar esse rumo — argumentou o senador.

No seu entender, o Brasil é o único país com dimensão para propor uma alternativa à América do Sul. Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender a criação de uma comissão no Senado para estudar o assunto.

Senador elogia escolha de Botafogo para o Mercosul

O senador Roberto Saturnino elogiou a nomeação do embaixador José Botafogo Gonçalves para representar o Brasil no Mercosul. O senador disse que a experiência do diplomata será valiosa na consolidação desse mercado, que “se encontra em perigo”, em razão da situação econômica dos países que o integram.

— Mais uma vez, o governo dá mostras de seu interesse no fortalecimento do Mercosul, ao designar um dos quadros mais competentes e brilhantes de que dispõe o Itamaraty — observou.

Ele aproveitou para criticar o que chama de “política de desmonte do Estado brasileiro”, que, segundo avalia, vem trazendo prejuízos à tradição de qualidade do Itamaraty. O senador atribuiu a essa política de desmonte e ao aviltamento salarial o episódio que resultou na divulgação, pela Secretaria de Comunicação Social do Itamaraty, de uma nota falsa traçando o perfil do novo presidente do Uruguai, Jorge Batlle.

Observando que o episódio demandou a intervenção do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso para deixar claro que a nota não expunha o pensamento oficial do governo brasileiro, ele lembrou documento semelhante que igualmente constrangeu o país. Referia-se à nota, igualmente não oficial, divulgada inadvertidamente quando o governo brasileiro foi mediador em conflito diplomático entre o Peru e o Equador, na disputa de uma faixa territorial. “São notas produzidas dentro do Itamaraty, negando sua tradição de qualidade”, afirmou.

Jucá estranha mobilização de governadores contra a Lei de Responsabilidade Fiscal

A urgente discussão e aprovação do projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal foi pedida ontem pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Ele leu em plenário trechos de notícias sobre a posição contrária ao projeto assumida pelos governadores em reunião realizada na semana passada em Curitiba. Os chefes de Executivo estaduais estariam exigindo mais recursos referentes à compensação das perdas da Lei Kandir para não bloquearem a aprovação da nova lei, que restringirá os gastos da administração pública em geral.

— Estranho essa reunião de governadores em que se pede um boicote da parte dos senadores. Somos senadores dos governadores ou dos estados? — questionou Jucá.

O discurso de Jucá provocou vários apartes, o que foi interpretado por ele como um sinal do quanto é importante e polêmica a discussão do projeto. O senador Ernandes Amorim (PPB-RO), por exemplo, disse que a Lei de Responsabilidade Fiscal está chegando “atrasada”. Ele se referiu aos gastos feitos pelos go-



Romero Jucá

vernadores nas últimas eleições e às despesas excessivas da Assembléia Legislativa de Rondônia.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) considerou a hipótese de apoiar o projeto, aprovado na Câmara e em tramitação no Senado, mas apenas se ele receber modificações. Ela

entende que a proposta deve fixar percentuais máximos para o pagamento dos juros relativos à dívida dos estados. E lembrou que a legislação em vigor já prevê uma série de mecanismos para disciplinar os gastos públicos, prevendo punições que chegam à perda do mandato. Ocorre, segundo a senadora, que a cultura da impunidade impede que essa legislação seja cumprida. “Não podemos deixar que os estados e as políticas sociais sejam destruídos por uma lei que não diminua o pagamento dos juros”, afirmou.

Romero Jucá disse que considera importante a limitação ao pagamento dos juros. Saturnino Braga (PSB-RJ) apoiou Heloísa Helena por entender que, do modo como está, o projeto “só vai angariar resistências dos governadores”. Ele pediu

um desconto de 30% para as dívidas dos estados renegociadas com a União.

— O atual pacto federativo asfixia os governos estaduais. A grande causa do endividamento dos estados é a política monetária do governo federal — afirmou Saturnino.

A sugestão de perdão de parte da dívida feita pelo senador fluminense foi considerada “interessante”, mas impossível de ser atendida, em face da falta de recursos, conforme o líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF).

De acordo com ele, os estados já receberam o benefício da renegociação, que permitiu a rolagem em 30 anos de débitos antes vencíveis em três anos. Arruda acrescentou que, ao “pôr a culpa” nos juros, os senadores se esquecem das críticas feitas por eles mesmos a governadores que gastam em excesso.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) elogiou o projeto com o argumento de que a disciplina fiscal vai favorecer os estados menos desenvolvidos. Segundo Freire, a dívida está concentrada nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Mauro destaca os efeitos positivos das novas regras de gestão pública

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal vai colocar um freio na rotina de descontinuidade administrativa nos municípios brasileiros, acabando com o clima de confronto entre o prefeito que sai e o prefeito que entra e bloqueando a ganância em ano eleitoral.

— Com as punições agora previstas na lei, vai acabar aquela farra de gastar o que não existe, comprometendo e inviabilizando a próxima administração. Isso passa a valer para os três níveis de poder, significando uma esperança de fim para os festivais de obras inacabadas — afirmou.

Na observação do senador, a Legislativo conquistou uma grande vitória para o objetivo nacional de depurar os métodos tradicionais de gestão pública no Brasil. Ele acrescentou que, com a promulgação da lei, serão lançadas as bases políticas para a concepção e a execução de programas de longo prazo nos mu-



Mauro Miranda: fim da descontinuidade e da ganância eleitoreira

nicipios brasileiros.

— Não considere importante o argumento de que a Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das imposições do FMI para apoiar o programa de recuperação econômica do país. Por diversas vezes, já condenei desta tribuna os rigores e os excessos do ajuste

fiscal que foi exigido pelo fundo. O que importa, no caso, é que, com ou sem o FMI, a lei era necessária — avaliou o senador.

Para Mauro Miranda, é indispensável que o governo federal seja inflexível na implementação da lei, para que ela não seja mais uma norma jurídica a não funcionar no país.

— Um dos pontos positivos que desejo ressaltar é o novo espaço que se abre para a melhoria das políticas sociais. Reduzindo o poder dos gastadores em obras suntuosas, teremos reflexos diretos no controle das contas públicas e na estabilidade da moeda, com efeitos positivos na retomada dos investimentos sociais — concluiu.

Jucá critica plano do governo de retomar construção de Angra 3

“Hoje, construir usina nuclear é marca de atraso”, afirma o senador ao discordar da inclusão da obra, que exigiria mais US\$ 2,6 bilhões para ficar pronta, no Plano Plurianual

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) expressou o seu desacordo em relação aos planos do governo de retomar a construção da usina nuclear Angra 3. Na opinião do senador, a obra é caríssima, inoportuna, perfeitamente adiável e já custou demais ao Brasil. “Hoje, construir usina nuclear é marca de atraso”, afirmou. Para Jucá, o governo deveria investir agora em prioridades estratégicas



Romero Jucá considera construção de Angra 3 “caríssima” e “inoportuna”

como educação, combate à pobreza, desenvolvimento, equilíbrio regional e reaparelhamento das Forças Armadas.

A crítica de Jucá foi motivada pela inclusão das obras de Angra 3 no Plano Plurianual, como complementação do programa brasileiro de energia elétrica de fonte nuclear, que já conta com Angra 1, em funcionamento, e Angra 2, recém-inaugurada. “O conjunto dessas usinas já custou

aos brasileiros US\$ 14 bilhões. Angra 3 já recebeu investimento de US\$ 1,5 bilhão, mas consumiria mais US\$ 2,6 bilhões para ficar pronta, o que estaria previsto para o ano 2006”, informou.

O senador solicitou informações à Eletronuclear, estatal encarregada da construção das usinas, sobre a necessidade da construção de Angra 3. Segundo ele, a resposta do presidente foi satisfatória, mas não mudou sua posição. “Posso até me convencer de que Angra 3 será necessária ao Brasil algum dia. Mas não agora”, afirmou. Na opinião do senador, as reservas mundiais de gás e petróleo devem durar pelo menos um século, o que permite adiar

a construção de Angra 3.

Para Jucá, os 20 anos gastos na construção das usinas nucleares brasileiras acabaram se transformando em vantagem para os brasileiros. “Podemos observar como evoluíram os programas eletronucleares de outros países e disso tirar lições muito úteis”, afirmou. Existem no mundo 434 usinas nucleares em operação, mas apenas 36 em construção. Os países que mais construíram usinas no passado são os que menos constroem agora. Os Estados Unidos, por exemplo, têm 104 usinas e nenhuma em construção, de acordo com Jucá. “O entusiasmo por essa tecnologia vem diminuindo”, analisou.



Geraldo Melo diz que distribuidoras não terão perda de receita

Melo propõe tarifa especial de energia para irrigação

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) propôs, em projeto de lei em exame na CCJ e na CAE, que pessoas físicas e jurídicas que praticem agricultura irrigada tenham regime tarifário especial no fornecimento de energia elétrica, correspondente ao preço pago pela empresa distribuidora à geradora ou à transportadora de energia, acrescido de 15%. O benefício, pelo projeto, será extensivo a glebas que façam parte de programas de reforma agrária ou que tenham área total de até dez hectares, independente de praticarem ou não agricultura irrigada. A proposta será votada nas comissões em caráter terminativo.

Para ter acesso ao regime tarifário especial, as pessoas físicas e jurídicas precisarão se registrar como irrigantes junto ao Ministério da Agricultura. Isso poderá ser feito, conforme sugere o senador, em qualquer órgão vinculado ao ministério que funcione no estado do produtor ou empresa agrícola. O registro deverá ser deferido no prazo de oito dias, contados a partir do pedido.

Num segundo passo, de posse do requerimento protocolado ou do certificado de registro, o interessado deverá comunicar à empresa distribuidora de energia elétrica sua pretensão ao regime tarifário especial, para as necessárias providências.

Ainda segundo a proposta de Melo, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Ministério da Agricultura poderão, conjunta ou separadamente, fiscalizar em qualquer tempo as pessoas ou estabelecimentos beneficiários da tarifa especial. Comprovada a inexistência ou paralisação das atividades de irrigação, o registro de irrigante será suspenso.

Para o senador, a adoção da tarifa especial não implicará perda de receita para as empresas distribuidoras, já que “a maior perda decorre exatamente da paralisação paulatina das atividades de irrigação em virtude dos elevados custos de energia elétrica”. A extensão do benefício às unidades rurais com área inferior a dez hectares ou ligadas a programas de reforma agrária, ao invés de perdas, contribuirá para aumentar o faturamento das distribuidoras, dado que incorporará grande número de novos consumidores ao mercado de energia elétrica, na avaliação do senador.

Freire lamenta morte de cantor e militante político gaúcho

O senador Roberto Freire (PPS-PE) lamentou ontem o falecimento do cantor nativista e militante do PPS Leopoldo Souza Soares Rassier, sepultado em Porto Alegre no domingo. O senador apresentou condolências à família e ao partido, manifestando votos de que os exemplos de solidariedade e forte compromisso cultural de Leopoldo Rassier possam ajudar os brasileiros na defesa dos ideais de uma sociedade mais justa e fraterna.

Freire disse que Leopoldo Rassier foi um dos mais criativos cantores e agitadores culturais gaúchos, destacando-se também pela militância política durante a ditadura militar.

— Foi por suas mãos e andanças que tomei contato com o fandango e contemplei a beleza das prendas gaúchas. Destaco, ainda, o seu lado de político e militante comunista que, durante o regime militar, ajudou no trabalho de fronteira, arriscando-se para permitir o deslocamento de militantes entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai — frisou.

Tebet registra aniversário de jornal

O 47º aniversário do jornal sulmato-grossense *Correio do Estado* foi registrado ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que o qualificou como “o mais importante jornal de Mato Grosso do Sul”. Segundo ele, as 14.007 edições do jornal — completadas nesta segunda-feira — foram sempre dedicadas à defesa dos interesses de Mato Grosso e, agora, de Mato Grosso do Sul, sem “nunca aceitar o terreno da neutralidade”.

— Sou leitor do *Correio do Es-*

tado há mais de 30 anos. Este jornal é um símbolo do estado de Mato Grosso do Sul e leitura obrigatória de políticos e empresários que lutam pela defesa do estado. Ninguém conseguirá contar a história política dos dois estados sem consultar as páginas desse jornal — afirmou o senador.

Tebet cumprimentou a família Barbosa Rodrigues, dona do jornal, e todos os funcionários do *Correio do Estado* pela passagem de mais um aniversário.



Para Tebet, a história política de Mato Grosso do Sul está nas páginas do *Correio do Estado*

Carlos Bezerra defende elevação de pena para estelionato com uso de informações bancárias

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto de lei que altera o Código Penal, agravando a pena do crime de estelionato quando for cometido com o uso de cópia de dados de documentos de instituições financeiras ou de transação comercial de outra pessoa. A pena, nesse caso, será de dois a oito anos de prisão e multa. A pena para o crime de estelionato varia de um a cinco anos e multa. O projeto está tramitando, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

De acordo com o projeto, a mesma pena será aplicada a quem



Bezerra quer mais segurança na transmissão de dados confiados às instituições financeiras

viola, espiona, copia, fornece ou imprime em faixa magnética dados bancários ou de crédito alheios para obter vantagem ilícita.

Ao justificar sua proposta, o senador lembrou o desenvolvimento tecnológico e a ação criminosa nas relações que envolvem técnicas e instrumentos de informática. Embora reconhecendo as dificuldades no combate ao crime nesta área, ressaltou que é preciso que o legislador “valore, diante do direito penal, os fatos sociais já conhecidos”.

— O ordenamento jurídico repressivo deve ser aprimorado, para acompanhar as peculiaridades dos novos tempos, proporcionando maior segurança na transmissão de dados confiados às instituições financeiras e comerciais — concluiu.

Gilberto Mestrinho faz balanço das atividades da Comissão de Orçamento

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, é o convidado do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 7h30, 12h30 e 20h30. O senador faz um balanço dos trabalhos da comissão, que tem até o final da convocação extraordinária para votar os dez relatórios setoriais do Orçamento de 2000.

Já foram votados quatro relatórios setoriais relativos às áreas de Poderes de Estado e Representação; Justiça e Defesa; Fazenda e Desenvolvimento, e Agricultura e Política Fundiária. De acordo com Mestrinho, até o início da próxima semana todos os relatórios terão



Gilberto Mestrinho prevê que, até o início da próxima semana, todos os relatórios estarão aprovados

sido discutidos e aprovados para encaminhamento ao relator-geral do Orçamento.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h — *Unip*: Dores nas Costas
6h30 — *Cidadania*: O senador Sebastião Rocha e a neuropsiquiatra Henriqueta Camarotti falam sobre a psiquiatria e os manicômios
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: O senador Gilberto Mestrinho fala sobre os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola: Paisagens Brasileiras* — episódio: *Sede do Poder: Brasília-DF*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil*: Folclore do Maranhão
9h30 — *Entrevista*: O senador Paulo Hartung fala sobre a CPI dos Medicamentos
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
13h30 — *Cidadania*: O senador Sebastião Rocha e a neuropsiquiatra Henriqueta Camarotti falam sobre a psiquiatria e os manicômios
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (vivo)
Logo após: Comissão de Assuntos Econômicos

(gravado)
Logo após: *Jornal do Senado*
Logo após: Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após: Comissão Mista dos Bingos (gravado)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Heloísa aponta perseguição a padre da Pastoral da Terra

Senadora protesta contra solicitação de inquérito para investigar atividades de religioso que luta em favor da reforma agrária

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) protestou ontem contra decisão da juíza Ana Raquel Gama, da comarca de Messias (AL), que solicitou à Polícia Federal que investigue o padre Alexander Caughi, uma das lideranças da Pastoral da Terra na Zona da Mata do estado. Ela lamentou que o religioso, ao contribuir com a luta em favor da reforma agrária, dos oprimidos e marginalizados, esteja correndo o risco de passar a ser visto como um bandido investigado pela PF.

— Como se não bastasse termos visto na semana passada o assassinato de mais um militante do Movimento dos Sem Terra, como se já não fossem suficientes as mais diversas, covardes e cruéis formas de tortura em relação a trabalhadores rurais, agora vem a solicitação desta juíza de investigar um padre que faz da história do



Heloísa Helena afirma que polícia deveria prender bandidos, e não perseguir o religioso estrangeiro

evangelho um exemplo de luta. Sua vida não é uma história de subversão, covardia e subordinação às elites, mas de libertação, diante da perspectiva da construção do reino de Deus começando aqui pela

terra — afirmou a senadora.

Segundo Heloísa Helena, a juíza baseou seu pedido de investigação à Polícia Federal argumentando que as manifestações políticas do padre (que é italiano não-naturalizado e tem apenas um visto de permanência) ferem um dos artigos da Lei 8.615/90, que disciplina a atuação de estrangeiros no Brasil.

Na opinião da senadora, em vez de perseguir o religioso, a polícia deveria “prender os bandidos que estão soltos no estado”. Ela informou que encaminhará à Polícia Federal uma lista de pessoas que, na sua opinião, deveriam ser investigadas por envolvimento com o narcotráfico e por descumprimento à Constituição, segundo a qual a propriedade privada deve cumprir sua função social, sob pena de ser desapropriada.

Lobão cobra término das obras na base de Alcântara

O senador Edison Lobão (PFL-MA) fez um apelo ontem ao governo federal para que termine as obras complementares no Centro de Lançamentos Espaciais de Alcântara (MA), incluindo a finalização do aeroporto — já em operação — e a construção de um porto. Lobão disse que com as obras o país poderá faturar, nos próximos dez anos, com lançamento de satélites geoestacionários, 15% deste mercado no mundo, estimado em US\$ 60 bilhões.

Lobão disse que conseguir recursos para as obras da base de lançamentos de Alcântara, iniciadas no governo José Sarney, “tornou-se um verdadei-

ro calvário”:

— O Centro de Lançamentos de Alcântara necessita de investimentos de US\$ 25 milhões nos próximos 24 meses — resumiu o senador.

Citando reportagem publicada esta semana pela revista *Época*, o senador disse que o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, vem coordenando, com os militares, esforços para transformar o Centro de Lançamentos Espaciais de Alcântara “em um próspero negócio”. A revista informa, acrescentou, que o país vem mantendo negociações com a Rússia, Estados Unidos e Ucrânia para o lançamento de foguetes com os satélites geoestacio-



Lobão apóia esforço no sentido de transformar a base de Alcântara em “um próspero negócio”

nários, num negócio que envolve faturamento de US\$ 40 milhões:

— Espero que as autoridades terminem as obras necessárias para o pleno funcionamento da base de lançamentos, e que o ministro Sardenberg seja feliz nas negociações com os outros países — frisou.

Amorim aplaude programa que leva energia ao campo

O programa Energia no Campo, do Ministério de Minas e Energia, foi aplaudido ontem pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO). O senador acredita que, com programas como esse, será possível inverter a migração de pessoas para as grandes cidades, uma vez que o campo passa a oferecer melhores condições de vida e produção.

Amorim protestou, no entanto, contra o preço da energia elétrica em Ron-



Ernandes Amorim protestou contra preços da energia em Rondônia

dônia, lembrando a recente demissão de

dônia, segundo ele o mais alto do país, e pediu a sua revisão. “Queremos não só o programa Energia no Campo, mas também um preço compatível com o restante do país”, assinou o senador.

O senador disse que vale a pena o governo do estado “comprar uma briga” com o governo federal para baixar o preço da energia elétrica em Rondônia, lembrando a recente demissão de

dez mil funcionários públicos estaduais.

— Essas demissões deveriam ter sido feitas no governo anterior, de Valdir Raupp, que pegou R\$ 106 milhões emprestados para fazer uma reforma administrativa e sumiu com o dinheiro, deixando a folha de pagamento com seis meses de atraso — afirmou.

O senador Ernandes Amorim também anunciou, durante seu pronunciamento, que apresentará em breve projeto de lei mudando a destinação dos recursos recolhidos com o pagamento do seguro obrigatório de veículos. Lembrando que esses recursos, que somaram no ano passado R\$ 1,2 bilhão, são entregues a empresas privadas, o senador disse que seriam melhor empregados em autarquias como o DNER, que poderia tapar buracos nas estradas. “Considero esse seguro obrigatório um assalto à mão armada”, salientou.

Alcântara mostra avanços na educação fundamental

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ressaltou ontem os avanços da educação fundamental no Brasil. Ele reconheceu que o país ainda tem analfabetos fora da idade escolar, mas observou que até os críticos mais rigorosos do governo admitem uma mudança de perfil qualitativo no ensino de primeiro grau. Segundo o senador, 33 milhões de alunos cursarão neste ano o ensino fundamental, utilizando 75 milhões de livros didáticos gratuitos.

A decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de abrir oficialmente o ano escolar em Parintins (AM), na opinião de Alcântara, tem uma simbologia exemplar. "Ao escolher um remoto município na selva amazônica, o presidente quis se aproximar das pessoas comuns, assinalando a universalidade do ensino fundamental que governos federal, estaduais e municipais conseguiram obter. Hoje, praticamente não há criança em idade escolar fora da escola", comemorou.

O senador pelo Ceará anunciou que o Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, lançará hoje o *Caderno 45*, detalhando os avanços do ensino fundamental no país. "O mundo novo da comunicação e da Internet já chegou. O damos condições às nossas crianças de enfrentar os novos desafios ou es-



Lúcio Alcântara: até os críticos do governo admitem que perfil do ensino de primeiro grau mudou

teremos confinados no subdesenvolvimento", alertou.

Lúcio Alcântara afirmou que o Congresso tem feito sua parte, aprovando programas de renda mínima, com incentivos às famílias para manter as crianças na escola e criando o Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para garantir salários dignos aos professores primários. "Há casos em que prefeitos aplicam mal esses recursos, mas a sociedade está alerta e cobra punição para eles", observou.

Arruda saúda Universidade de Brasília por avaliação obtida

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) comemorou os resultados do último Exame Nacional de Cursos, que apontou a Universidade de Brasília (UnB) como a melhor instituição de nível superior do país. A avaliação, patrocinada pelo Ministério da Educação, concedeu à UnB a nota máxima, "A", pelo segundo ano consecutivo. Conseguiram este conceito, conforme o senador, os cursos de Odontologia, Letras, Matemática, Engenharia Civil e Elétrica, Medicina, Jornalismo, Direito e Economia. Apenas um curso tirou nota "B": o de Administração.

Arruda, que já foi professor de Engenharia na UnB, disse que "o resultado somente foi possível graças ao esforço do corpo docente". O senador aproveitou para elogiar a iniciativa da universidade de diversificar as suas instalações. Através de acordo com o governo do Distrito Federal, foi inaugurado recentemente em Planaltina, cidade localizada a 40 quilômetros do Plano Piloto de Brasília, um campus avançado. Além disso, segundo Arruda, estão previstas as inaugurações de mais dois, nas cidades satélites do Gama e Ceilândia.

— Esse é o meio mais viável de democratizar o ensino superior e



José Roberto Arruda atribuiu os bons resultados ao "esforço do corpo docente" da universidade

promover o acesso à universidade às camadas mais pobres da população — salientou.

CADERNO 45

José Roberto Arruda registrou ainda o lançamento, pelo PSDB, do *Caderno 45*, publicação que relata os avanços obtidos pelo MEC, sobretudo na área de ensino fundamental, nos últimos cinco anos. Para Arruda, o ministro da Educação, Paulo Renato, e sua equipe "tiraram o ensino da prioridade dos discursos e o levaram para a prática, resultando em números excepcionais de melhoria do ensino em todos os níveis no país".

Luzia propõe nova forma de recuperar menores infratores

Para a parlamentar, o modelo de internação adotado atualmente está falido e deve dar lugar à ênfase na educação e no trabalho

O binômio educação e trabalho é a fórmula para a recuperação dos jovens infratores brasileiros. A tese foi defendida pela senadora Luzia Toledo (PSDB-ES), que condenou o modelo de internação de crianças e adolescentes adotado no país e seguido pelas fundações estaduais do bem-estar do menor (Febens).

— Trabalho e educação são a receita básica, que deu certo em tantas gerações e para a qual não existe contraindicação. Não podemos permitir que nossos jovens continuem na escola de criminalidade da Febem ou vivendo como "flanelinhas", cheirando cola, pedindo esmolas e formando gangues — afirmou Luzia Toledo.

Uma formação adequada, disse ela, pode evitar que a situação de miséria de muitos jovens venha a ser explorada por criminosos. Para isso, a senadora apontou a construção de escolas agrícolas para a reeducação dos menores como uma solução viável.

— Acreditamos que é uma solução simples e eficaz para os nossos jovens e para o futuro do Brasil, uma forma de preparar seu retorno ao convívio soci-



Na opinião de Luzia Toledo, as fundações estaduais apenas "amontoam milhares de jovens"

al de maneira sadia, com uma profissão, uma base econômica e educacional capaz de garantir uma vida digna e produtiva — declarou.

Segundo ela, o erro da Febem está em "amontoar milhares de jovens", alguns deles ainda crianças e outros "bandidos irrecuperáveis", num só ambiente "cruel e desumano". Essa experiência, continuou, pode acabar deformando o caráter desses jovens, muitas vezes de modo irreversível, gerando uma situação explosiva, que inevitavelmente leva a seguidas rebeliões.

Mozarildo diz que ensino superior no país é desigual

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) apontou ontem a existência de desigualdades na distribuição orçamentária para o ensino superior, levando em consideração as diversas regiões.

— Enquanto nas regiões Sul e Sudeste o sistema universitário público e privado oferece dez vagas para cada grupo de 100 jovens entre 18 e 24 anos, na região Norte apenas cinco vagas estão disponíveis para esses jovens — disse ele.

O senador concluiu que os jovens do Norte têm a metade da chance de ter um diploma de ensino superior em relação aos jovens do Sul e Sudeste, pela simples redução da oferta de vagas. Tomando números absolutos, ele afirmou que a desigualdade se torna mais preocupante quando se observa que a região Sudeste tem mais vagas no ensino superior que a soma de todas as outras regiões juntas.

Mozarildo Cavalcanti também informou que 60% dos estudantes universitários do sistema público do Norte e Nordeste são pertencentes às camadas C, D e E, enquanto no Sul e no Sudeste tem-se o inverso: a maior parte da rede pública apresenta alunos com perfil das camadas sociais A e B.

Ele destacou que a meta do governo



Segundo Mozarildo, a região Sudeste tem mais vagas que a soma de todas as outras regiões

brasileiro para os próximos dez anos é aumentar a cobertura do ensino superior de 11% (em 1998) para 30%. Mas alertou ser necessário que essa previsão seja programada com a necessária equidade na distribuição de matrículas, recursos e incentivos, de modo a incorporar uma visão política de nossa desigualdade regional.

— As regiões mais desfavorecidas são as que mais precisam ter seus jovens nos bancos universitários, porque serão esses jovens, mais preparados tecnicamente e mais qualificados profissionalmente, os agentes propulsores do seu desenvolvimento — completou Mozarildo.

Tocantins forma primeira turma de Arquitetura e Urbanismo

A formatura da primeira turma do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Tocantins (Unitins) foi registrada ontem pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que participou da solenidade no fim de semana, em Palmas. Ele enfatizou a importância do evento para a capital do estado, acrescentando que a esperança dos tocantinenses é de que em breve a universidade passe a ser federal.

Eduardo Siqueira Campos ressaltou que Palmas, uma cidade planejada, tem crescido a uma taxa de 30% ao ano e de acordo com projeto concebido para que ela não se torne um amontoado urbano. Assim, a maior parte da capital conta com saneamento básico e telefones públicos digitalizados, informou. Nesse quadro, a formatura de 15 alunos em Arquitetura e Urbanismo é importante por corresponder às necessidades de crescimento ordenado da capital, na opinião do senador.

Ao saudar os formandos, Eduardo disse ter refletido com eles sobre os atuais problemas de Brasília e sobre o acerto do governo do Tocantins, que proibiu a especulação imobiliária com loteamentos particulares: "Todos que lá chegam aprendem que o caminho para conseguir seu espaço é adquirir um lote, dando valor a seu patrimônio".

Ele apontou como fundamental para o crescimento vigoroso e ordenado de Palmas a implantação, pelo governo estadual, de programas de renda mínima em todos os municípios. Com a eletrificação rural, esses programas ajudaram a fixar as populações em suas cidades de origem.



Eduardo Siqueira Campos: novos arquitetos ajudarão a manter o crescimento ordenado de Palmas